

As contribuições das políticas públicas para a intermediação e qualificação da mão de obra no setor da confecção na região do Grande ABC

Contributions of public policies for the intermediation and qualification in clothing manufactory sector at são paulo metropolitan area called Grande ABC

Alessandra Santos Rosa¹
Leandro Campi Prearo²

Resumo: Este artigo descreve as políticas públicas para a intermediação e qualificação da mão de obra no setor da confecção no Grande ABC. Seu objetivo principal foi analisar de que forma estas políticas contribuem para o fomento da mão de obra neste setor. Assim, foi proposto um estudo de caso das políticas públicas focadas na qualificação e intermediação da mão de obra deste setor. Percebeu-se que cada ator, possui óticas, objetivos e necessidades diferentes, o que levantou a hipótese de cada um destes atores possuírem uma opinião diferente de como estas políticas contribuem. Não foi observada também uma interligação direta entre qualificação e intermediação. Ao contrário, até mesmo os agentes públicos afirmam que os trabalhadores cadastrados no Site Nacional de Empregos (SINE) geralmente possuem baixa qualificação. Por fim, a descontinuidade destas políticas, foi o ponto de concordância entre os atores e foi relatado para apontar as dificuldades nos avanços destas políticas.

¹ Economista, mestra em administração na linha de pesquisa Desenvolvimento e Regionalidade pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Professora Auxiliar na Universidade São Caetano do Sul e Professora na Universidade Anhanguera. E-mail: alessandra.rosa@me.com.

²Doutorado em Administração – PPGA-FEA/USP pela Universidade de São Paulo, Brasil (2013), Professor – dedicação exclusiva da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Brasil. E-mail: leandro.prearo@uscs.edu.br

Palavras-chave: Políticas Públicas, Setor da Confeção, Qualificação, Intermediação, Mão de Obra.

Abstract: This article describes the public policies for labor intermediation and qualification in clothing manufactory sector at São Paulo metropolitan area called Grande ABC. Its main purpose was to analyze how these policies contribute to labor development in this important manufacturing industry sector. Thus a case study of the public policies focused on this sector workforce qualification and intermediation was proposed and semi-structured interviews with several stakeholders were used. In the end it was perceived that each stakeholder, especially those who are called governmental and non-governmental, has different perspectives, objectives and needs which raises the hypothesis that each of these stakeholders has a different opinion about how these policies contribute. Therefore the professional or the company that wants more than a basic qualification needs to pay for this development. There was also no direct link between qualification and intermediation observed. On the contrary, even the public agents affirm workers registered in SINE (National Job Website), usually have low qualification. Finally, these policies discontinuity, verified in the theoretical framework itself, was the agreement point among the stakeholders and was reported to point out the difficulties to these policies development.

Keywords: Public policies, clothing manufactory sector, qualification, intermediation, labor

1. Introdução

O Brasil ocupa a quarta posição mundial de produção de vestuários e a quinta posição de manufaturas têxteis, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeção (ABIT). Sua produção em 2015 gerou US\$ 58,2 bilhões para a economia brasileira, gerando cerca de 1,6 milhões postos de trabalho (IEMI/IBGE 2015).

Nesse setor, o elo da cadeia que mais necessita de mão de obra agregada é a confecção (ANTERO, 2006). Nos anos de 2000 a 2014, o setor evoluiu 84,4% em número de estabelecimentos, enquanto a indústria têxtil evoluiu apenas 23%.

A partir da década de 1990, com a abertura comercial, o setor passa por uma reestruturação que afeta todo o elo da cadeia produtiva, inclusive a confecção. Para aumentar a competitividade, a cadeia como um todo investe em novos

As contribuições das políticas públicas para a intermediação e qualificação da mão de obra no setor da confecção na região do Grande ABC | Alessandra Santos Rosa e Leandro Campi Prearo | 216-248

equipamentos e máquinas (Kon e Coan, 2009). Estes investimentos, porém, não substituem a necessidade de mão de obra qualificada para competir com os outros países.

De acordo com Gorini (2000), a década de 2000 chega com perspectivas, mas também com novos desafios. As mudanças no mercado mundial e a chegada da China para competir com países, que até então eram os maiores compradores do Brasil, demonstraram uma nova necessidade: a inovação tecnológica e a capacitação da mão de obra.

As peculiaridades dos profissionais do setor da confecção são corroboradas por pesquisas internacionais, as quais descrevem um setor com predominância de mulheres e com muitas vulnerabilidades (*Global Dialogue Fórum, 2014*).

A discussão mundial sobre o novo mundo do trabalho, também incentivou a obrigatoriedade do Estado em criar políticas que contribuíssem para a intermediação entre trabalhador e empregador. Apesar desta obrigatoriedade ser apresentada pela OIT³ em 1948, o Brasil só conseguiu iniciar políticas específicas com a constituição de 1988 e articular de forma mais precisa intermediação e qualificação na década de 2000.

Desta forma, entende-se que as políticas públicas para qualificar e intermediar este público, no mercado de trabalho, são específicas e formam um importante foco de estudo para a área da administração pública.

Os desdobramentos destas políticas em planos, projetos e programas são o objeto deste estudo que juntamente com os atores, articuladores destas políticas, tentam responder ao problema central da pesquisa: de que forma as políticas públicas para intermediação e qualificação de mão de obra contribuem para o setor da confecção na Região do Grande ABC. As especificidades do Grande ABC Paulista, grande polo industrial e berço da indústria têxtil, é mais um desafio para estas políticas desenvolvidas em cada um dos sete municípios (Santo André, São

³ OIT. Organização Internacional do Trabalho.

Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grand da Serra).

2. O Novo mundo do trabalho

O novo mundo do trabalho emergido com a presença das máquinas impuseram desafios para a sociedade e para os trabalhadores.

Na revisão da teoria Marxista, Borges e Yamamoto (2004), recordam que a produção capitalista se originou do trabalho manufatureiro. O acúmulo do capital gerou um ciclo onde os detentores dos meios de produção – os capitalistas – exerciam dominação sobre a classe trabalhadora que, por sua vez, possuíam como única mercadoria sua força de trabalho. A especialização do trabalho seria a solução para o aumento de produção e mais acúmulo de capital, já que a força de trabalho não era suficiente.

Assim, tomando como norte Salm (1980), relata-se que o processo de trabalho tem como principal objetivo valorizar o capital e, portanto, todas as alterações devem se adequar a ele. Desta forma, entende-se que não é o trabalhador que utiliza dos meios de produção, mas, ao contrário, são os meios de produção que passam a fazer uso do trabalhador.

Salm (1980) argumenta ainda que neste momento aprofunda-se a divisão do trabalho, e a produção em escala permitiu uma maior independência da grande indústria em relação ao trabalhador, podendo diminuir a rigidez quanto à qualificação, sexo e idade.

Surgiram assim novos trabalhadores, diante da reestruturação da indústria. O processo produtivo incorporou operadores e auxiliares, com poucas exigências quanto à qualificação, porém com mais responsabilidades. As funções denominadas estratégicas ficaram a cargo da gerência.

Pelas reflexões de Salm (1980), compreende-se que há uma nova visão de trabalhador qualificado e não qualificado. Na divisão do trabalho

impulsionado pela máquina, o trabalhador qualificado é aquele que sabe executar as tarefas e manusear as máquinas.

Decorrem-se deste fato, as primeiras sensações de escassez de mão de obra qualificada. Sensações estas, que Salm (1980), considera equivocadas ou precoces, ao menos no que diz respeito à definição, já que a insistência na formação técnica, associada às diferenças de remuneração, reduzem a mão de obra operacional.

3. A indústria no Brasil e as primeiras tentativas de formação profissional

Diferentemente das economias tradicionais, especialmente da Europa, o Brasil iniciou tardiamente o seu processo de industrialização. Na verdade, os referidos países já estavam adentrando a segunda Revolução Industrial. De qualquer forma, no cenário nacional este processo iniciou-se em meados de 1930, atingindo seu amadurecimento apenas na década de 1970 com os avanços tecnológicos.

A década de 1930 é marcada pelas mudanças sociais, políticas e econômicas do país, e inicia com grandes reformas educacionais, especialmente a partir do Governo de Getúlio Vargas. Em 1931, ocorre a Reforma Francisco Campos e, em 1942 a Reforma Capanema, mais significativa para aspectos de formação profissional (Deitos, 2006).

É exatamente na Reforma Capanema que se forma um novo sistema público privado que, por meio das agências privadas de aprendizagem, tentou-se qualificar profissionais e formar novos trabalhadores. O Governo do Estado de São Paulo, por sua vez, entre 1911 a 1933 cria 10 escolas que compõem a Rede Estadual Paulista de Ensino Industrial (Deitos, 2006).

Em 1942, criou-se, por meio do Decreto-Lei 4048 de 22 de janeiro, o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários – SENAI (Deitos, 2006).

Em julho deste mesmo ano, o Governo Federal promulgou um novo Decreto determinando que as indústrias devessem manter alunos nos cursos do SENAI,

sendo uma quota mínima (5%) de aprendizes e 3% de trabalhadores de todos os ofícios. Posteriormente, surgiram outros sistemas com as mesmas diretrizes do SENAI, que juntos irão constituir o SISTEMA S, entre eles, o SESI⁴ como objetivo de elevar a escolaridade dos trabalhadores, aumentar a competitividade e inovação da indústria.

Os anos de 1970 foram marcados pela introdução tecnológica, pelo sistema fordista e taylorista de linhas de produção. Este é o período em que a educação profissional é mais afetada pelas mudanças e o trabalhador necessita adaptar-se a tais modificações, assim como a indústria (Alcantara e Lucena, 2013).

4. O Histórico da Qualificação Profissional no Brasil na era industrial

Os programas de formação profissional são deliberados pelo Estado em âmbito federal e trazem como objetivo formar e qualificar trabalhadores. Eles podem ser desenvolvidos para uma determinada atividade econômica com necessidades específicas, por exemplo, a industrial, ou podem abranger trabalhadores de uma forma geral (Deitos, 2006).

A chamada qualificação profissional é vista como a função que cada trabalhador deve exercer em seu posto de trabalho, sendo que tal qualificação deve ser adquirida na escola ou nos próprios postos de trabalhos, caracterizando assim o profissional qualificado (Souza, 2015).

5. Programas de Formação Profissional no Brasil

Foi no governo de João Goulart que ocorreu o primeiro programa de formação profissional no Brasil, denominado Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra Industrial (PIPMOI). Na sequência uma série de programas, planos e projetos tentaram atender as necessidades da indústria e da sociedade.

⁴ SESI (Serviço Social da Indústria): Criado em 1º de Julho de 1946, por meio do Decreto- Lei nº9403, assinado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra. A tarefa de criar e dirigir o SESI foram atribuídos a CNI (Confederação Nacional da Indústria) (SESI, 2017).

No quadro 01 é apresentado a sequência histórica e estrutural destes programas.

Quadro 1 – Programas de Formação Profissional no Brasil

PROGRAMA	CONSTITUIÇÃO	PROPOSTAS E OBJETIVOS	REFERÊNCIAS
Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra Industrial (PIPMOI)	Decreto N°53324 de 18 de Dezembro 1963	Atender ao novo modelo econômico industrial. Necessidade de capacitar mão de obra em massa	BARRADAS (1986)
Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO)	Governo Médici (1972) e Geisel (1974)	O Programa passa por duas grandes reestruturações e em 1972 passa a ser chamado apenas de PIPMO, para atender não apenas as demandas da indústria.	BARRADAS (1986) / DEITOS (2006)
Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Atividades Estratégicas	Constituição do Programa em 1987 por meio do Ministério de Ciência e Tecnologia	Aumento da competitividade por meio da tecnologia e inovação. Atendia principalmente profissionais com ensino superior	DEITOS (2006) / CASTIONI (2013)
Programa de Educação para a Competitividade (PROEDUC)	Criado pelo FINEP em 1993 e em 1994 recebeu recursos adicionais do FAT	A principal finalidade do Programa correspondia à implantação de um sistema nacional de qualidade, por meio das parcerias propostas entre empresas e escolas públicas, atendendo a necessidade da indústria de trabalhadores qualificados.	VIEIRA (1995)/ DEITOS 2006
Programa de Reciclagem Profissional	Constituído pelo Ministério do Trabalho em 1994	Tinha como público prioritário trabalhadores desempregados, com a finalidade de reintegrá-los no mercado de trabalho.	VIEIRA (1995)
Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR)	Contemplado no Programa Brasil em Ação e implementado pelo CODEFAT, por meio da Resolução nº126 de 26 de outubro de 1996	O principal objetivo do programa era qualificar anualmente pelo menos 20% da População Economicamente Ativa (PEA). O Plano estava interligado com a ideia de desenvolvimento econômico do país e considerava as potencialidades de cada município e/ou Estado, levando em conta especificações regionais	CÊA (2007) / BULHÕES (2004) / CARDOSO (2008)/ ROCHA (2011)
Plano Nacional de Qualificação (PNQ)	Inserido no Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional e entrou em vigor em 2003, por meio da Resolução nº 333 de 10 de julho.	Este programa de governo trazia em suas diretrizes o desenvolvimento sustentável e a qualificação profissional como parte de uma política pública com foco social. Desta forma, o Programa deveria integrar trabalho, renda, educação e desenvolvimento.	ROCHA (2011) / CASTIONI (2013)
			(Conclusão)

Fonte: Elaborado pela autora

As contribuições das políticas públicas para a intermediação e qualificação da mão de obra no setor da confecção na região do Grande ABC | Alessandra Santos Rosa e Leandro Campi Prearo | 216-248

6. O Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC

O PRONATEC foi o último programa do Governo Federal instituído para formação de mão de obra, apesar de ainda ser oficial, na região do Grande ABC ele está parado. Instituído por meio da lei 12513/2011, o programa visava aumentar a mão de obra qualificada dando continuidade ao plano de desenvolvimento nacional traçado pelo PLANFOR e PNQ, propondo algumas articulações mais estruturadas. (Figueiredo e Muller, 2015).

De acordo com o Ministério da Educação de 2011 a 2014 registrou-se 8,1 milhões de matrículas entre cursos técnicos e de qualificação profissional, com a participação de 4.300 municípios (MEC, 2016). Dentro de tais articulações, Santos e Rodrigues (2012), argumentam que, para adequar este sistema de ensino para qualificação do trabalhador, foi ampliada a capacitação do sistema S, especialmente por meio de gratuidade de cursos ofertados pelo SENAI e SENAC, estes sendo financiados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), cujo montante do repasse em 2012, somava 1,5 bilhões ao Programa SENAI para a Competitividade.

7. Políticas Públicas para Intermediação de Mão de Obra no Brasil

De acordo com Azeredo e Ramos (2009), as mudanças estruturais no mundo em desenvolvimento levaram a uma reformulação das políticas públicas de emprego, a fim de aumentar significativamente as ofertas de emprego no mercado de trabalho.

Desta forma, em meados da década de 1990, a reestruturação mundial denominou-se Sistema Público de Emprego. Sua criação tinha como principal objetivo criar um sistema capaz de assistir o desempregado por meio de intermediação de mão de obra e reciclagem profissional (Azeredo e Ramos, 2009).

Foi no período de 1995 a 2005, porém, que as políticas baseadas nas diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) evoluíram. O

governo aplicou recursos para manutenção e expansão dos serviços do SINE, fortalecendo assim a criação e manutenção das agências públicas de emprego, que deveriam atuar efetivamente na intermediação de mão de obra entre empregador e trabalhador (Cardoso Júnior e Gonzalez, 2007).

Em 2014, o SINE havia ofertado 2,7 milhões de vagas e tinha 6,2 milhões de inscritos, do total de inscritos 93,6% foram encaminhados para vagas, mas a taxa de colocação, porém, não ultrapassou 11% dos inscritos. Desta forma, compreende-se que foram realizadas 684.330 admissões por meio do SINE (DIEESE, 2014).

8. O Grande ABC Paulista e a Cadeia produtiva da Confeção

O chamado Grande ABC Paulista contempla os seguintes municípios: São Bernardo do Campo, Santo André, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Localizado ao Sudeste da Região Metropolitana da Grande São Paulo, sendo constituída em 56% por área de proteção de mananciais. A região tem grande relevância no cenário econômico nacional devido ao seu peso industrial, especialmente nos setores automotivos e químicos. (Daniel e Somekh, 2013).

O setor de confecção está no terceiro elo da cadeia produtiva e de distribuição da cadeia têxtil e de confecção e compreende linha lar, cama, mesa e banho; confecção de tecidos planos e de malha, vestuário, roupas e acessórios (Antero, 2006). O setor apresentou, no período de 2000 a 2014, uma evolução de 84,4% em número de estabelecimentos no país. Observando os valores agregados do setor, a cadeia têxtil apresentou 39,4 bilhões de faturamento em 2014 e 122,9 bilhões a cadeia de confeccionados, ou seja, os dois setores associados representaram 5,6% de participação na indústria de transformação. Já os investimentos no setor somaram 2.221,5 milhões em têxteis (em 2010 foram 1338,8 milhões) e 1.537,4 milhões em confeccionados (em 2010 foram 907,3 milhões) (ABIT, 2015).

De acordo com Antero (2006), o setor de confecção é o mais intensivo na necessidade de mão de obra, em toda a cadeia produtiva. Além disso, há uma enorme variedade de processos produtivos e, sua formação se dá principalmente por empresas de pequeno porte e muitas informais.

De acordo com Xavier et al. (2007) o Grande ABC, conforme mencionado, tem como principais atividades econômicas a metalurgia, plásticos e cosméticos. Apesar disso, o setor têxtil e vestuário ocupa a 8º posição no ranking de empregabilidade, com mais de 7.000 trabalhadores (Rais,2016).

9. As principais vulnerabilidades do setor

Para Neves e Pedrosa (2007), a globalização e as novas estruturas do trabalho, especialmente a partir do modelo fordista, ampliou o mercado de trabalho incluindo as mulheres neste contexto. O setor da confecção possui predominância do gênero feminino, que é considerado precário e desprotegido. A participação da mulher no mercado de trabalho também é desigual no quesito remuneração e formalidade do trabalho.

O Fórum de diálogo Global sobre o setor, realizado em 2014, relata que ainda na década de 2000, especialmente em países subdesenvolvidos, as mulheres com pouca qualificação representavam cerca de 68% do setor do vestuário (*Global Dialogue Forum. Geneva, September - 2014*).

No âmbito global, o setor da confecção apresenta baixos salários, especialmente em países pós-socialistas, a falta de emprego e a necessidade das famílias levam aos trabalhadores, em sua maioria mulheres, enfrentarem longas jornadas de trabalho, muitas vezes informalmente (Campaign 2014).

De acordo com a Circular Informativa do Sindicato dos Profissionais em Confecção do Grande ABC, o denominado piso da categoria em 01/01/2016, era de R\$915 (não qualificado) e R\$1107 (qualificado).

10. Qualificação e intermediação de mão de obra na Região

No âmbito da qualificação de mão de obra, houve diversas parcerias entre Estado e o Sistema S. O SENAI A. Jacob Lafer (Santo André), referência na formação na área da confecção na região, capacitou 8832 pessoas entre os anos de 2004 a 2014. O SENAI Almirante Tamandaré (São Bernardo), que montou alguns cursos em Escolas Municipais, capacitou 470 pessoas no mesmo período. No período de 2012 a 2014 estas mesmas unidades capacitaram profissionais na área da confecção por meio do programa PRONATEC. Em Santo André foram capacitadas 315 pessoas e em São Bernardo 17⁵.

Além dos cursos ofertados pelo sistema S, alguns municípios criaram programas de qualificação profissional na área de confecção. Verifica-se a seguir cursos ofertados por alguns municípios do Grande ABC.

- São Bernardo: Tomando como base o parecer CNE/ CEB N 4/2013, no artigo 37 SS3º que afirma: “A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741/2008)”, por meio da Secretaria de Educação, dentro da política do EJA, criou o projeto Qualificar Para Mudar (2009). Na área da confecção, a Divisão do EJA oferta cursos no EM Pastor Delfino Martins Ferreira (Baeta Neves) e o EM Marly Buissa Chiedde – Jardim Nossa Senhora de Fátima. Entre 2012 e o primeiro semestre de 2015 foram capacitadas 2307 pessoas, sendo em sua maioria mulheres⁶.

- Santo André: De acordo com a Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária de Santo André, em maio de 2015 foram realizadas reuniões com instituições como SENAI, SENAC, SENAT e Lar de Maria para estabelecer parcerias e ofertar cursos profissionalizantes por meio de convênios previstos pelo Ministério do Trabalho no Centro Público de Trabalho. De junho a novembro de 2015, por meio do SENAI A. Jacob Lafer, foram oferecidas 62 vagas para

⁵ Dados fornecidos por meio dos professores responsáveis pelos cursos das unidades referidas SENAI.

⁶ Fonte: Departamento EJA – Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo – 2015.

costureiro de máquina reta e overloque, e no Centro Público, 28 vagas de corte e costura.

- Mauá: por meio da Lei Municipal nº4935/2014 foi instituído o Programa Qualifica Mauá que possui um caráter social e educativo, prevendo cursos profissionalizantes, por meio de convênios com o Governo Federal. Dentre os diversos cursos disponibilizados, de acordo com informações no site da Prefeitura, estão os cursos de bordado e corte e costura.

Os sete municípios que compõe o Grande ABC possuem postos de atendimento do trabalhador. Estes postos são firmados por convênios com o Ministério do Trabalho (MTE) e com a Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho (SERT). Dentro do Programa para intermediação da mão de obra, os postos oferecem dentre vários serviços acesso a qualificação profissional por meio de programas como PRONATEC, e PLANTEQ. Na tabela 01 é possível observar a procura por vagas nos postos de trabalho nos municípios do ABC.

Tabela 1 - Procura por vagas de Trabalhadores Cadastrados no M.T.E - 2016

Profissão	S.A	SBC	S.C.S	Diadema	Mauá	RP	RGS	GABC
Modelista de Roupas	41	20	8	6	36	5	4	120
Apontador de Produção	692	789	75	613	603	157	52	2981
Estampador de Tecidos	60	43	12	39	60	8	7	229
Auxiliar de Corte	101	94	22	57	113	24	7	418
Operador de Máquinas de Corte de Roupas	80	45	7	33	88	13	7	273
Enfestador de roupas	19	9	1	5	56	2	1	93
Costureira de máquina overloque/reta / Máquinas Industriais	438	520	32	356	888	112	88	2434
Mecânico de manutenção de máquinas de costura	20	12	1	10	20	2	3	68

Fonte: Central de Trabalho e Renda de São Bernardo 2016.

11. Método e Análise dos dados

Assim, com a intenção de alcançar os objetivos propostos neste trabalho que foca nas políticas públicas para intermediação e qualificação de mão de obra, de um setor específico e digno de ser estudado, devido sua diversidade e complexidade – o setor da confecção- foi utilizado os seguintes

As contribuições das políticas públicas para a intermediação e qualificação da mão de obra no setor da confecção na região do Grande ABC | Alessandra Santos Rosa e Leandro Campi Prearo | 216-248

métodos: pesquisa qualitativa por meio do estudo de caso, pesquisa documental e pesquisa de campo com realização de entrevistas semiestruturadas.

De acordo com Moresi (2003) uma das vantagens do Estudo de Caso corresponde a “capacidade de explorar os processos sociais a medida que estes ocorrem nas associações “. O quadro 02 demonstra as diretrizes da pesquisa.

Quadro 2 - Referencial Teórico norteador para pesquisa

Referencial Teórico (SOUZA 2006)	Desdobramentos das Políticas Públicas - Exemplos	Perguntas Norteadoras
Política Pública: - Distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que de fato faz; - A política pública envolve vários atores e níveis de decisão; - É uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.	PLANOS: Plano de Governo Dilma (2014). Mais mudanças, mais futuro. PROGRAMAS: PRONATEC, EJA, Seguro Desemprego PROJETOS: - Centros Públicos de Emprego - Qualificar para Mudar (São Bernardo) - Qualifica Mauá (Mauá) - Qualificação Profissional (Santo André)	1- Quais são as políticas públicas e seus respectivos desdobramentos que contribuem para a intermediação e qualificação de mão de obra no setor da confecção? 2 - De que forma os desdobramentos das políticas públicas (programas, projetos) atingem as necessidades do setor da confecção nos quesitos intermediação e qualificação de mão de obra? 3- Qual a atuação de cada ator envolvido nestas políticas? 4- Qual a visão de cada ator envolvido na nestas políticas

Fonte: Elaborado pela autora

Por fim, a análise dos resultados obtidos pela codificação das entrevistas semiestruturadas foi realizada pelo método análise de conteúdo. Trata-se de uma técnica que busca as informações contidas nas mensagens que são comunicadas por meio das entrevistas e que estão relacionadas com o objeto do estudo, no caso deste trabalho, as políticas públicas (Bardin, 2011).

12. Análise dos resultados

Utilizando a metodologia explicitada no item 4, foi descrito, nos tópicos que seguem, análises a partir das entrevistas semiestruturadas, realizadas por meio de atores que participam ou contribuem na construção das políticas públicas.

As contribuições das políticas públicas para a intermediação e qualificação da mão de obra no setor da confecção na região do Grande ABC | Alessandra Santos Rosa e Leandro Campi Prearo | 216-248

Perfil dos Entrevistados

Foram realizadas dezenove entrevistas semiestruturadas com trinta e quatro pessoas sendo: Sete alunos (as) cursando a qualificação profissional; quatro trabalhadores (as) (dois empregados e dois desempregados); treze empresários: dois *Focus Group* e posteriormente com dois sócios e uma empresária; uma microempreendedora; dois professores do SENAI, sendo um deles Diretor da instituição Jacob Lafer (Santo André) e do Professor SENAI Almirante Tamandaré (São Bernardo do Campo); uma professora do curso de qualificação de costura EMEI Marly Buissa – São Bernardo do Campo; seis atores públicos: (a presidente do Sindicato dos Profissionais em Confecção do Grande ABC, o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecção (ABIT), um representante do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, uma representante da Central de Trabalho e Renda (CTR), um Secretário do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo (2009 a 2015), e a Diretora do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) de São Bernardo do Campo. Todos realizados com roteiro de entrevistas semiestruturadas.

Desta forma, seis principais categorias foram encontradas. O quadro 03 apresenta as categorias geradas para esta análise, as quantidades de segmentos de textos (frases) extraídos da transcrição das entrevistas e os atores que expressaram estas opiniões. Foram gerados 771 segmentos de textos, sendo que a categoria qualificação profissional, gerou 424 segmentos de texto (55% do total), citados por todos os atores entrevistados.

Quadro 03 - Relação de Categorias e Atores Envolvidos

Categoria	Quantidade de Segmentos	Atores
Qualificação Profissional	424 frases	Todos
Características do setor	151 frases	Todos
Intermediação de Mão de Obra	87 frases	Todos
Educação Profissional	56 frases	Diretora do EJA, Presidente (a) Sindicato dos Profissionais em Confecção do Grande ABC, Representante do Consórcio, Professor do SENAI, Trabalhadores
Política Pública	38 frases	Empresários, Presidente da ABIT, Professores do SENAI, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, Presidente (a) do Sindicato
Desafios do Setor	15 frases	Presidente da ABIT, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, Presidente (a) do Sindicato
Total	771 frases	

Fonte: Elaborado pela autora

Características do Setor

Esta categoria corroborou com as pesquisas do setor em relação as vulnerabilidades. De acordo com os entrevistados, há predominância de mulheres no setor e um desinteresse por parte dos jovens. Este desinteresse pode ser reforçado pelos baixos salários. Além disso foi observado baixa escolaridade, e como o setor possui em sua maioria mulheres, a dificuldade para cuidar dos filhos também foi apresentada.

Muito. A maioria das mulheres, não pode dizer todas, mas a grande maioria é isso: mãe solteira, mais de dois filhos e que sustenta a casa, então ela está naquela profissão e a maioria fala “eu só estou aqui porque eu preciso”, porque é um setor que você sai de uma empresa e amanhã você já pode estar em outra, é fácil de conseguir, então mais a maioria é por isso, por causa dos filhos. (Trabalhadora realizando homologação, 2016).

Nossa, eu gostaria de pagar pelos menos... Não vou falar valores... mas gente eu fico com dó, mas eu não consigo pagar mais (Empresária – Focus Group I, 2016).

Qualificação Profissional

Sendo esta categoria um dos principais objetos deste estudo, as entrevistas foram direcionadas para tentar compreender a ideia de qualificação profissional e sua importância na formação de mão de obra para o setor da confecção. Foram compreendidas como qualificação profissional todas as descrições que relataram o que os atores entendiam sobre este assunto, bem como sua importância e o envolvimento da política pública. Observou-se como cada entrevistado relacionou o quesito qualificação com a escassez da mão de obra no setor, o que de fato é um profissional qualificado e a relação da política pública em todos estes quesitos. Os empresários entrevistados corroboram com esta opinião e descrevem como principal característica do trabalhador qualificado: “aquele que sabe fazer”.

Bom na minha opinião é uma costureira que entende o processo de costura, não é uma coisa automática só. Só colocar o pé no pedal e acabou. Colocando o pé sem entender aquilo, sem entender onde aquilo se encaixa. Sentido do fio do tecido, o tecido que precisa de leveza ou não, e isso é só costureira que sabe (Empresária – *Focus Group I*, 2016).

Para os empresários, esta mão de obra, especialmente a qualificada, encontra-se escassa na Região do ABC: “Pra gente é impossível achar mão de obra capacitada no ABC, à gente acaba contratando em São Paulo” (Empresária – *Focus Group I*, 2016).

Entrevistados do setor público afirmam que houve tentativas para reduzir esta dificuldade para contratação, mas, na opinião deles, não existia um consenso do poder público e dos empresários, como veremos de forma mais concisa adiante.

A representante da Central de Trabalho e Renda entende que havia uma exigência grande por parte dos empresários ao tentar contratar esta mão de obra.

Mas assim, o empresário da confecção ele quer... Ele vive reclamando que não tem profissional na área né, ele reclama muito que não acha

As contribuições das políticas públicas para a intermediação e qualificação da mão de obra no setor da confecção na região do Grande ABC | Alessandra Santos Rosa e Leandro Campi Prearo | 216-248

profissional em Centros Públicos, enfim. Mas o empresário ele sempre quis um trabalhador bem qualificado né, que não desse problema, que chegasse lá e já soubesse mexer na máquina né. Ou seja, sem ter problema não queria ensinar, porque assim, é um trabalho muito constante né, é uma produção rápida (...) (Representante da Central de Trabalho).

Entende-se, então, que a escassez de mão de obra qualificada no setor da confecção, na opinião dos atores, é algo consolidado. Há, porém, um conflito nas opiniões entre empresários e atores do setor público. Aparentemente há uma exigência grande por parte das indústrias e um retorno inferior para o trabalhador.

Há também um apelo dos empresários por uma mão de obra renovada, ou seja, um novo trabalhador. Os atores do setor público, contestam esta pois as entrevistas demonstram que estes novos profissionais, os recém-qualificados, não são contratados.

Então sempre as candidatas que nós encaminhávamos para as vagas, elas sempre eram reprovadas por esse motivo. Porque ela acabou de se formar. Então a trabalhadora ela tinha condições de aprender. Claro, ela não saia de lá costurando né, mas ela tem a noção de como fazer. Mas os empresários em si, eles não tinham o hábito, o costume, não tinham paciência de qualificar esta profissional pra ele. Então tinha uma rejeição muito grande por parte dos empresários (Representante da Central de Trabalho e Renda, 2016).

Olha na minha empresa, pelo menos no grande fluxo das atividades principais, requer uma qualificação prévia (Empresária, *Focus Group I*, 2016).

Percebe-se então que a necessidade da indústria, é uma necessidade imediata e a formação destes novos trabalhadores possui um tempo diferente. Outra questão é que este imediatismo sugere profissionais “prontos”, o que não é o caso dos recém – qualificados.

Por fim, compreende-se também que a falta de qualificação profissional entrou em um ciclo vicioso. O profissional não se sente valorizado, então, não se qualifica e sem qualificação o setor não se valoriza. Além disso as vulnerabilidades já apresentadas acentuam estas dificuldades.

Sabia, mas para mim, pra gente que é mãe que tem que trabalhar é difícil. Ah! Mas você acha um curso gratuito não sei aonde, mas quem é mãe, e mãe solteira tem aquele negócio horrível com o horário, você não pode falar assim “todo sábado eu vou certinho fazer tal curso”, não tem como, vai chegar uma hora que seu filho vai tá doente, vai ter um sábado que ele vai fazer birra e você vai perde o horário (Trabalhadora realizando homologação, 2016).

As políticas Públicas para Qualificação: Planos, Programas, Projetos e Parcerias para Qualificação Profissional

Na metodologia deste trabalho foi proposto o estudo de caso das políticas públicas, exatamente por elas se desdobrarem em planos, projetos e programas (Cotta, 1998). Estes por sua vez foram concretizados em sua maioria por parcerias formadas pelo poder público e demais atores.

A Diretora do EJA expos que estas parcerias surgiam das demandas dos mais variados atores.

Agora da onde saiu essa demanda? Não foi da Secretaria de educação né essa demanda foi posterior porque o curso de confecção veio depois né, ela saiu como indicação nossa para nós ofertarmos, aí o SENAI colocou como executor e depois ela saiu por demanda da Agência se eu não me engano (Diretora EJA, 2016).

Todas estas informações são corroboradas pelo Diretor do SENAI A. Jacob Lafer, de Santo André que fala de uma parceria realizada entre eles e a Prefeitura de Santo André.

As contribuições das políticas públicas para a intermediação e qualificação da mão de obra no setor da confecção na região do Grande ABC | Alessandra Santos Rosa e Leandro Campi Prearo | 216-248

Então em algumas situações o que a gente fez, a Prefeitura disponibilizava alguns Centros de Formação Profissional que tinham máquinas que atendiam a necessidade do curso, aquela primeira etapa que tem máquinas mais simples e tal. Então em algumas situações ao invés do docente estar aqui ele era deslocado para alguma região e a gente dava o curso naquele outro local. A partir do momento que a coisa começava a sofisticar não dava mais para desenvolver neste local, e então a pessoa se deslocava para o SENAI (Diretor SENAI a. Jacob Lafer, 2016).

Percebeu-se que os entrevistados possuem uma clara opinião de quem são os principais responsáveis pela qualificação profissional no setor da confecção. Nas entrevistas foram codificadas 68 frases sendo que o SENAI foi citado 66 vezes. Isto corrobora com a opinião do Professor do SENAI Almirante Tamandaré (São Bernardo do Campo) na opinião dele esta é a missão do SENAI: qualificar trabalhadores para a indústria: “Acho que o SENAI tem vital importância nesse processo, por que afinal de contas ele tem como intuito formar aprendizes, para poderem atuar dentro da indústria” (Professor SENAI Almirante Tamandaré, 2016).

Educação Profissional: A visão do setor público

Leite (1991) afirmou que a era tecnológica trouxe também a influência para os ensinos profissionais. Esta visão trata de preparar o trabalhador não apenas para exercer a função nas empresas, mas também rever as questões de elevação de escolaridade e reflexões sobre cidadania. A formação profissional associada a elevação de escolaridade se deu em 2006 com o decreto 5846:

(...) transforma esse Decreto que era uma demanda social e transforma em Decreto para a perspectiva de poder acontecer a elevação da escolaridade com qualificação profissional, ou ter a oferta de ele fazer a elevação e depois a qualificação, mas ele recupera uma história de demanda de formação dos trabalhadores e trabalhadoras, que permite a formação integral. Então nessa configuração, nesse Decreto, ele descreve

as responsabilidades de formação com a educação profissional (Diretora do EJA, 2016).

Para o representante do Consórcio esta questão também está associada ao financiamento dos cursos que são insuficientes para qualificação.

Desta forma a Prefeitura utiliza os recursos do EJA e associa a educação profissional. Algumas prefeituras como Santo André e São Bernardo tem centro de formação profissional, que trabalham muito mais em função da educação de jovens e adultos do que da qualificação profissional propriamente dita, por conta da dificuldade de financiamento da qualificação profissional (Representante Consórcio, 2016).

Dentro desta perspectiva foram criados alguns projetos envolvendo prefeituras e SENAI.

O Projeto Qualificar para Mudar é a grande qualificação profissional, é toda a organização dos eixos tecnológicos, que são ofertas de formação inicial e continuada (FIC), que é a primeira etapa da educação profissional conforme decreto 5154 de 2004 (Diretora do EJA, 2016).

E então uma parceria entre a Prefeitura, por meio da Secretaria da Educação e SENAI concretizou um curso de Formação Inicial. Pelos relatos havia cursos livres e a Secretaria de Educação estimulava os alunos para a elevação de escolaridade. O SENAI além de manter as máquinas, dentro da escola, ele também contratava a(o) docente que ministrava o curso, então o SENAI, fazia a parte dele, oferecendo o curso, a prefeitura oferecia o espaço, e a gente tinha um acordo em que a prefeitura também, junto aos empresários, indicavam os alunos (Professor do SENAI Almirante Tamandaré, 2016).

Compreende-se então, que o objetivo da política pública é tratar a qualificação profissional (“saber-fazer”) dentro de uma perspectiva mais ampla, sendo que uma delas é a elevação de escolaridade de jovens e adultos. Esta questão já demonstra sinais de conflitos entre setor público e empresários do setor.

As contribuições das políticas públicas para a intermediação e qualificação da mão de obra no setor da confecção na região do Grande ABC | Alessandra Santos Rosa e Leandro Campi Prearo | 216-248

Para a Educação, porém, o aprendizado para o trabalho não está pautado exclusivamente para a indústria, ao contrário, há um forte apelo para o empreendedorismo.

O projeto criado em São Bernardo trazia exatamente esta perspectiva. A escola trabalho foi criada muito mais com a perspectiva de incentivo de ações empreendedoras principalmente coletivas e solidárias, né, foi pra isso que ela foi criada (...) A gente tem sim uma pesquisa que mostra né, se eu não me engano na confecção nós temos uma média de 60% em ação empreendedora ou diria até mais, entre 70 e 30, sem vínculo empregatício (Diretora EJA, 2016).

Esta questão foi abordada pelos empresários e pelo próprio Sindicato de forma negativa. Para ambos a Secretaria de Educação, representando a Prefeitura deveria preocupar-se também com a formação industrial. Nas entrevistas com trabalhadores esta perspectiva de ter o próprio negócio é almejada especialmente pelas mulheres para conciliar a vida pessoal e o ganho de renda.

É a mesma realidade, e a maioria o grande sonho é: juntar um dinheirinho, comprar uma maquininha e fazer os consertos nos finais de semana pra ajudar na renda. Eu graças a Deus consegui isso com a minha mãe, mas tem uns que sonham em ter uma simples maquininha (Trabalhadora realizando homologação, 2016).

A necessidade de formação básica é vista por empresários e representantes públicos. Para a Presidente do Sindicato a elevação de escolaridade contribui para a qualificação.

(...) também a escolaridade teve algumas exigências também para que você fizesse o curso profissionalizante também você se qualifica, para quem não terminou o ensino fundamental e o ensino médio eu achei muito importante (...) (Presidente (a) do Sindicato, 2016).

Para os empresários os órgãos e/ou esferas do governo não dialogam com a indústria ao desenvolver as políticas para qualificação.

Na parte de qualificação, ele (governo) não sabe o que está acontecendo com as empresas. Se você for fazer uma avaliação nunca ninguém da Prefeitura e nenhum órgão foi perguntar o problema das empresas do ABC, o que acontece com as empresas, o que as empresas estão precisando, qual a real necessidade... O que eles fazem é de acordo com o que eles acham que é viável pra eles, e não o que é de acordo com o que as empresas estão necessitando (Empresária *Focus Group I*, 2016).

A Secretaria de Educação e a Central de Trabalho e Renda, porém, discordam desta afirmação e relatam que houve tentativas de diálogo, mas os interesses eram diferentes.

Nós tivemos acho que umas cinco tentativas assim sérias mesmo né, todas elas as primeiras conversas eram excelentes a gente achava que o impacto seria extremo. Depois a gente chegou a visitar as empresas, a gente chegou a conversar com as mulheres a gente enfim, mas a oferta do trabalho era pouco estimulante. Então não tinha porque a mulher acessar e a disponibilidade também do empresário e da empresária em rever a sua organização era mínima (Diretora EJA, 2016).

Nós sempre conversamos com as empresas para saber qual a necessidade de mão de obra pra você projetar a necessidade de cursos de qualificação profissional. Então tem essa conversa dos Centros Públicos com a parte da qualificação. E com a conversa com os próprios empresários sobre a necessidade de mão de obra, foi feito uma reestruturação na qualificação. (Representante Central de Trabalho e Renda, 2016).

Desta forma percebe-se um real conflito entre os atores governamentais e não governamentais. As políticas públicas para qualificação são realizadas, mas de acordo com as opiniões descritas nas entrevistas, não são capazes de atingir as expectativas de ambos envolvidos. Para o Governo a intenção é capacitar o maior número de pessoas e recoloca-las no mercado de trabalho.

As contribuições das políticas públicas para a intermediação e qualificação da mão de obra no setor da confecção na região do Grande ABC | Alessandra Santos Rosa e Leandro Campi Prearo | 216-248

Para os empresários esta qualificação deve ser pensada não apenas para capacitar os trabalhadores, mas também, deve-se refletir as condições para que estes cursos aconteçam e as reais necessidades das indústrias.

Intermediação de Mão de Obra

A criação do Sistema Público de Emprego e o SINE contaram com diversas articulações para colocar em prática os postos de intermediação. A estruturação destes postos era firmada por meio de convênios com atores ligados aos trabalhadores.

É importante constatar que todas as ações são realizadas por meio destas parcerias e/ou convênios realizados pelo Ministério do Trabalho com os municípios. De acordo com o ex-secretário de Desenvolvimento Econômico a ideia dos convênios com os municípios era ampliar o sistema oferecido pelo Estado.

Havia pequenos postos vinculados ao Governo do Estado no Poupa Tempo, mas não o volume e o movimento que nós precisávamos a integração com o sistema do Governo Federal. Então nosso papel foi constituir uma Central de Trabalho e Renda, e constituímos isso em 2010, inauguramos em 2010 (Ex-secretário de Desenvolvimento Econômico, 2016).

As agências de intermediação de mão de obra conveniadas com o SINE são conhecidas por empresários e alguns afirmam já terem utilizado ou ainda fazerem uso dos serviços. Dois perfis são formalizados nos espaços públicos para a intermediação de mão de obra: dos trabalhadores e dos empresários. Para a representante da Central de Trabalho os públicos destes espaços são em sua maioria de baixa renda e com pouca ou nenhuma qualificação; “O SINE ele é feito. Ele é estruturado para as pessoas de baixa renda, de baixa qualificação” (Representante da Central de Trabalho, 2016).

Os empresários afirmam que os profissionais indicados pelos postos de trabalho em sua maioria trazem perfis diferentes do solicitado. Eles relatam problemas de salários, mobilidade ou divergências no diálogo.

Empresário 1 - Outra coisa que aconteceu, eu coloquei uma vaga para mil e duzentos reais e apareceu um candidato que recebia salário de cinco mil e pouco.

Empresária 2 - Comigo também, quatro mil.

Empresaria 3 - Eu tive uma de onze mil. Para ser vendedora (*Focus Group I*, 2016).

Os trabalhadores parecem perceber este conflito de informações entre empresários e serviço do Governo, pois mesmo possuindo qualificação na área se diz não ter sido chamado. O aluno da qualificação profissional que já trabalhava na área há 10 anos não conseguiu se recolocar pela Central de Trabalho.

Olha vou falar a verdade pra você, desde quando... vai fazer quatro anos, nunca abriu uma vaga. Só quando eu saí lá do coiso, pra cortar o seguro desemprego, chamava pra mecânico, torneiro mecânico, mas nunca pra área (*Aluno do Curso de Qualificação*, 2016).

Mas a indicação é o meio mais utilizado para contratação no setor da confecção: “Entre nós os empresários a gente dialoga, até mesmo teve alguns empresários que teve que diminuir o quadro não teve jeito” (*Empresária*, 2016).

As opiniões dos entrevistados demonstram que as Centrais de Trabalho não são o meio mais utilizado para o diálogo entre empresários e trabalhadores nas contratações das confecções. Embora o perfil dos profissionais da confecção seja o mesmo perfil dos postos de trabalho (baixa renda, baixa qualificação e vulnerabilidades) o diálogo entre o setor público e os empresários não contribuem para a efetividade desta política para o setor. Percebe-se que as empresas necessitam adequar o profissional o máximo possível com a empresa

(local, salário, idade, etc.) e a própria política social formada na constituição dos SINEs não permitem estas exigências.

Desafios do setor

Todos os atores entrevistados foram questionados ao final das entrevistas sobre os desafios do setor para sua continuidade. Esta ótica sobre as necessidades do setor, especialmente no quesito competitividade passou a chamar atenção especialmente no início de 2000, quando o fim do Acordo Têxtil e Vestuário (ATV)⁷, fez com que o Brasil perdesse importantes parcerias comerciais para a China.

Assim, atores importantes no setor passam a refletir os desafios para adentrar nesta nova estrutura e estimular a competitividade.

As tentativas de competitividade foram intensificadas no governo Collor com planos para competitividade e aumento de produtividade. O setor da confecção, porém, mesmo com modernizações de maquinários, sempre necessitou de mão de obra intensiva (Matteo e Tapia, 2003).

Para o Presidente da ABIT e o ex-Secretário de Desenvolvimento, com a inovação inevitável do setor, haverá também uma necessidade de capacitar o trabalhador para os novos meios de produção e comercialização.

O que nós vamos precisar, na verdade, é redefinir a função da costureira, e isso vai ser uma função que é mais versátil, com conhecimento muito mais ampliado, tendo uma noção muito mais ampla dos processos posterior e anterior do que ela tá realizando ali, nível de conhecimento maior, um salário conseqüentemente maior, mas numa função que ela se sinta mais valorizada (Presidente da ABIT, 2016).

Do ponto de vista internacional e nacional é trazer a modernidade para o setor. Então isso vale para o novo trabalhador, para o novo equipamento, para novas parcerias.

⁷ ATV (Acordo Têxtil e Vestuário). Em vigor mais precisamente em 1º de janeiro de 1995, o acordo prometia certa igualdade nas exportações, protegendo países que estavam em desenvolvimento e desejavam expandir no setor têxtil e de confecções (Mendes, 2007).

De tal maneira que você tenha um adensamento de valor no processo. Um adensamento de valor significa ter um novo vestuário, capacidade de fazer novas coisas, de você constituir marcas, de você usar, buscar mercados externos (Ex-secretário de Desenvolvimento, 2016).

Desta forma, o setor deverá em breve, passar por novos desafios na área da qualificação e conseqüentemente de intermediação, o que de acordo com a opinião dos entrevistados, poderá reduzir vulnerabilidades como os baixos salários.

Política Pública

O foco deste estudo está voltado para as políticas públicas. Desta forma, os atores foram questionados sobre a opinião acerca das políticas públicas voltadas para o setor. Na opinião dos entrevistados, o setor da confecção não é uma prioridade na política pública. A ABIT reforçou que algumas medidas do governo especialmente para combater a inflação (década de 2000) prejudicou demasiadamente o setor que perdeu mercado externo e intensificou as disputas internas. Para os empresários, o governo não valoriza o setor e tão pouco sua capacidade de empregabilidade, dando prioridade a outros setores

O que ele falou a respeito da atenção do Governo para o setor, que não tem, que até na última palestra que nós assistimos do Presidente da ABIT, ele comentou, que as montadoras demitem vai mil e quinhentos por ano, sai no Jornal Nacional, enfim... E o setor têxtil demitiu este ano cento e cinquenta mil e não foi comentado. Por quê? (Empresário *Focus Group I*).

Para Souza (2006), o Estado é o principal ator na promoção da política pública, podendo contar com a contribuição de outros atores, inclusive não governamentais.

13. Considerações Finais

Este trabalho teve como proposta descrever e analisar as políticas públicas para intermediação e qualificação da mão de obra no setor da confecção no Grande ABC. Esta proposta norteou o problema da pesquisa que, buscou avaliar as contribuições destas políticas constituídas por meio de programas, planos, projetos e parcerias.

A delimitação da pesquisa deu-se na Região do Grande ABC (importante berço da indústria) no período de 2000 a 2014. No decorrer do estudo foi possível constatar a importância do período citado, na constituição de programas, para intermediar e qualificar a mão de obra para a indústria; sendo a confecção descrita como um setor que emprega um grande número de trabalhadores, e formador de micro e pequenas empresas, como relatou Antero (2006).

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, objetivando um estudo de caso, com foco nas políticas públicas específicas para o setor e para o trabalhador estudado. Os dados e documentos levantados corroboraram para fortalecer o referencial teórico. O número de entrevistas semiestruturadas realizadas e a diversidade dos atores participantes auxiliaram na tentativa de realizar análises mais profundas com o intuito de exaurir o tema.

A qualificação profissional foi apontada por todos os atores como algo importante e primordial para fomento do setor. A literatura consultada afirma que o trabalhador qualificado no mundo do trabalho pós-industrial é “aquele que sabe fazer”, ou seja, qualificado é aquele que sabe executar as funções operacionais da indústria. As proatividades como trabalhar em equipe e responsabilidade não são descartadas pelos empresários, entretanto, o setor empresarial afirma que, saber exercer a função operacional é a parte mais importante da qualificação. Esta opinião sobre a qualificação é contestada por representantes públicos, especialmente da educação. Entrevistas semiestruturadas com a diretora do EJA sugerem que a formulação das políticas

públicas para qualificação profissional, envolvem educação básica e cidadania. Estes são os primeiros indícios de conflitos entre os atores e possíveis impasses na constituição da política pública.

As divergências nos objetivos entre atores do setor público e atores sociais, como empresários e trabalhadores, aparecem constantemente em toda a análise do trabalho. Os empresários, por exemplo, relatam a necessidade de uma mão de obra nova, recém-chegada ao mercado. Esta necessidade é apresentada especialmente pelo número de trabalhadores mais velhos no setor, como observado na categoria das características, mas devido à emergência desta mão de obra qualificada, as indústrias não conseguem contratar o trabalhador que muitas vezes necessita adquirir experiência. Os agentes públicos afirmam que não há absorção do mercado dos recém qualificados.

Os sistemas de qualificação profissional são bem conhecidos. Todos os atores, inclusive trabalhadores, apontaram o Sistema S, especialmente o SENAI, como o ator mais importante e mais conhecido para qualificar trabalhadores no setor. Como levantado na análise o SENAI foi apresentado como o órgão que prepara o trabalhador para a indústria. O próprio diretor do SENAI, porém, afirma que muitos alunos realizam os cursos para abrir seu próprio negócio e/ou trabalhar por conta. Ou seja, estes profissionais recém-qualificados não chegam ao mercado, pois seus objetivos não estão focados na indústria existente.

No caso dos cursos oferecidos pelo EJA e outros projetos específicos de prefeituras, esta questão é mais acentuada, como observado, o principal objetivo destes agentes, diferentemente do SENAI, não é dar exclusividade para a indústria, mas também preparar o trabalhador para empreender. Além disso, a elevação de escolaridade e a valorização da cidadania fazem parte do aprendizado.

Para agentes públicos e trabalhadores, as vulnerabilidades do setor, apontadas na categoria das características, especialmente os quesitos salários e

desvalorização do setor, afastam os novos profissionais da indústria e aproximam do empreendedorismo, ainda que informal. Desta forma os profissionais que permanecem na indústria, de acordo com as opiniões dos entrevistados, são os que buscam o primeiro emprego, ou realmente necessitam da renda e da estabilidade da indústria.

Outra característica aparece neste momento da análise. Estes profissionais que estão na indústria e pretendem permanecer, encontram dificuldades para se qualificar. Sendo este grupo (os que estão na indústria), formado especialmente por mulheres que em sua maioria são mães e para tanto encontram muitos impedimentos para se qualificar, como por exemplo, a dificuldade para cuidar dos filhos. Assim, a necessidade de qualificar os profissionais constantemente, para acompanhar a pouca inovação presente no setor, não ocorre.

A política de intermediação de mão de obra não é uma exceção nos conflitos de objetivos. Os ofertantes de vagas (empresários) alegam divergência do perfil enviado com o perfil solicitado. Os agentes públicos por sua vez, relatam falta de interesse dos trabalhadores, diante de muitas exigências e salários baixos, como já mencionados. Desta forma os postos de trabalho se tornam ineficazes, pois não conseguem de fato intermediar esta mão de obra para o setor.

No quesito continuidade, a política pública é prejudicada reduzindo o poder de contribuição das mesmas, visto que as inserções na agenda pública de novos projetos sofrem interferências com a entrada de novos ciclos na política (novos governos), dito isto, pode-se dizer que o tempo da política pública é diferente do tempo que a indústria necessita para preparar seus profissionais.

Assim, entende-se que ainda é mantida a herança histórica da desvalorização do setor, sendo que sua mão de obra é composta por grupos mais vulneráveis e de difícil acesso a qualificação.

Os atores possuem perspectivas diferentes sobre as contribuições das políticas públicas, o que dificulta a elaboração e execução das mesmas. Este fato sugere uma falsa opinião de não contribuição de ambos os atores ou de uma contribuição incompleta.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, J. S.; LUCENA, C. A (2006). *O processo histórico da industrialização brasileira e a educação profissional: as inovações tecnológicas e a formação dos trabalhadores*. In: VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas. História, Sociedade e Educação no Brasil, Campinas.

ANTERO, Samuel A (2006). "Articulação de políticas públicas a partir dos fóruns de competitividade setoriais: a experiência recente da cadeia produtiva têxtil e de confecções". *Revista de Administração Público-RAP*, v. 40, n. 1, p. 57-79. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000100004>. Acesso em 24/02/2018.

BARDIN, Laurence (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa. Edições 70.

BARRADAS, Anésia Maria da Silva (1986). "*Fabrica PIPMO*"-uma discussão sobre política de treinamento de mão-de-obra no período 1963-1982. Dissertação de Mestrado em Educação. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro.

BORGES, Livia de Oliveira; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime (2004). *O mundo do trabalho. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.

BULHÕES, Maria da Graça Pinto (2004). *Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador-Planfor: acertos, limites e desafios vistos do extremo sul*. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 4, p. 39-49.

CAMPAIGN, Clean Clothes (2014). *Stitched Up: Poverty Wages for Garment Workers in Eastern Europe and Turkey*. Disponível em: <<https://cleanclothes.org/resources/publications/stitched-up-1>>. Acessado em 24/02/2018.

CARDOSO JR, José Celso; GONZALEZ, Roberto (2007). "Dilemas e alternativas ao financiamento das políticas públicas de trabalho e renda no Brasil". *Revista Econômica*, v. 9, n. 2. Disponível em: <

As contribuições das políticas públicas para a intermediação e qualificação da mão de obra no setor da confecção na região do Grande ABC | Alessandra Santos Rosa e Leandro Campi Prearo | 216-248

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4555>. Acesso em 24/02/2018.

CARDOSO, Fernando Henrique (2008). “Mãos à obra, Brasil: proposta de governo.” *SCIELO-Centro Edelstein*. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/b27wf/pdf/cardoso-9788599662663.pdf>>. Acessado em 24/02/2018.

CASTIONI, Remi (2013). “Planos, Projetos e Programas de Educação Profissional: Agora é a vez do PRONATEC”. *Sociais e Humanas*, Santa Maria, v.26, n.1, jan abril. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/5921>>. Acessado em 24/02/2018.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos (2007). *A qualificação profissional como instrumento de regulação social: do PLANFOR ao PNQ. O Estado da Arte da Formação do Trabalhador no Brasil: Pressupostos e Ações Governamentais*. Cascavel, Ed Unioeste, p. 187-226.

COTTA, Tereza Cristina (1998). “Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto”. *Revista ENAP*, V. 49 N. 02. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/368>>. 24/02/2018.

FIGUEIREDO, Ana Claudia; MUELLER, Rafael Rodrigo (2015). *A política de educação profissional e tecnológica: uma análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)*. Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social.

GLOBAL DIALOGUE FÓRUM (2014). *Wages and working hours in the textiles, clothing, leather and footwear industries*. International Labour Office. Geneva, September. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_dialogue/@sector/documents/publication/wcms_300463.pdf>. ACESSADO EM 24/02/2018.

GORINI, Ana Paula Fontenelle (2000). *Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectiva*. Rio de Janeiro: BNDES Setorial. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Convivencia/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Complexo_Textil/200009_4.html>. Acesso em 24/02/2018.

As contribuições das políticas públicas para a intermediação e qualificação da mão de obra no setor da confecção na região do Grande ABC | Alessandra Santos Rosa e Leandro Campi Prearo | 216-248

DANIEL, Celso; SOMEKH, Nadia (2013). *Novas estratégias de ação regional: a experiência recente da Câmara do Grande ABC*. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v. 8.

DEITOS, M. L. M. S. (2006). *As políticas públicas de qualificação de trabalhadores e suas relações com a inovação tecnológica na indústria brasileira*. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DIEESE (2014). *Nota Técnica do Projeto Desenvolvimento de Instrumentos e Atualização dos Indicadores de Apoio à Gestão de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda*. Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 003/2014. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/NTintermediacaoMaoDeObraProjeto.pdf>>. Acesso em 30 de outubro de 2016.

KON, Anita; COAN, Durval Calegari (2009). “Transformações da indústria têxtil brasileira: a transição para a modernização”. *Revista de economia Mackenzie*, v. 3, n. 3. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/view/774>>. Acesso em 24/02/2018.

MATTEO, Miguel; TAPIA, Jorge. A reestruturação da indústria paulista e o ABC.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) (2013). *Parecer CNE/CEB nº4/2013, aprovado em 13 de março de 2013*. Disponível em: [www.http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12992-diretrizes-para-a-educacao-basica](http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12992-diretrizes-para-a-educacao-basica). Acesso em 01 de março de 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO (2017). *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Dados do sistema*. Disponível em: <http://www.bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em 20 de março de 2016 e 25 de janeiro de 2017.

MORESI, Eduardo et al (2003). *Metodologia da pesquisa*. Universidade Católica de Brasília. Brasília.

PIMENTEL, V (2015). Fernando. “Relatório Setorial da Indústria Têxtil Brasileira”. *ABIT/IEMI*, v.15. São Paulo.

ROCHA, J. M. (2011). *Formação Inicial de Trabalhadores e Elevação da Escolaridade: Políticas Públicas de Qualificação Profissional em discussão*. (1963/2011). 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SALM, Cláudio (1980). *Escola e trabalho*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

SESI. *História* (2015). Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/sesi/institucional/2015/05/1.1792/historia>. Acesso em 31 de dezembro de 2015.

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM CONFECÇÃO DO GRANDE ABC (2016). *Circular Informativa Campanha Salarial 2015 / 2016*. Santo André.

SOUZA, Celina et al (2006). “Políticas públicas: uma revisão da literatura”. *Sociologias*, v. 8, n. 16, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acessado em 24/02/2018.

SOUZA, Solange de Cassia Inforzato (2015). “Qualificação da mão de obra e política pública no Brasil: Progresso e Retrocesso conceituais”. *Revista Aurora*, v. 8, n. 01. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/4709>>. Acessado em 24/02/2018.

VIEIRA, Carlos Alberto dos Santos e ALVES, Edgard Luiz Gutierrez (1995). *Qualificação profissional: uma proposta de política pública*. Brasília: IPEA (Textos para discussão n. 376).

XAVIER, Maria de Lourdes Peixoto et al (2007). “O novo perfil econômico do Grande ABC”. *Revista Organizações em Contexto-online*, v. 3, n. 6, p. 103-122. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0376.pdf>. Acessado em 24/02/2018.

Recebido em: 21/07/2017
Aprovado em: 15/02/2018

As contribuições das políticas públicas para a intermediação e qualificação da mão de obra no setor da confecção na região do Grande ABC | Alessandra Santos Rosa e Leandro Campi Prearo | 216-248